

# INSTITUTO DE TRANSPORTES E TRÂNSITO DE FOZ DO IGUAÇU — ESTADO DO PARANÁ



# CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2019 EDITAL DE ABERTURA N.º 01.001/2019

# **CONTADOR JÚNIOR – MATUTINO**

NOME DO CANDIDATO

NÚMERO DE INSCRIÇÃO

# LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO

- 1. Este Caderno de Questões é composto por 50 (cinquenta) questões objetivas e 01(uma) questão discursiva não deve ser folheado antes da autorização do Fiscal.
- 2. Observe se o Cargo especificado no Caderno de Questões é o correspondente ao cargo para o qual você fez a inscrição.
- 3. Utilize Caneta Esferográfica Transparente com tinta azul ou preta na marcação da Folha de Respostas e a Versão Definitiva da Prova Discursiva.
- 4. Ao receber a Folha de Respostas e a Versão Definitiva da Prova Discursiva, realize a conferência de seus dados e quaisquer divergências comunique o fiscal.
- 5. Leia atentamente cada questão da prova objetiva e preencha na Folha de Respostas a única alternativa que a responda corretamente.
- A Folha de Respostas e a Versão Definitiva da Prova Discursiva não pode ser dobrada, amassada, rasurada ou conter qualquer marcação fora dos campos destinados.
- 7. Você dispõe de **04 (quatro)** horas para fazer a prova, incluindo a marcação da Folha de Respostas e a Versão Definitiva da Prova Discursiva.
- 8. Após devidamente identificado e acomodado na sala designada para a realização da prova, o candidato somente poderá ausentar-se da sala 60 (sessenta) minutos após o início da prova e, em caso de ausência temporária em que o candidato ainda não tiver terminado a sua prova, deverá fazê-lo acompanhado de um Fiscal. Exclusivamente, nos casos de alteração psicológica e/ou fisiológica temporária e necessidade extrema, em que o candidato necessite ausentar-se da sala antes dos 60 (sessenta) minutos após o início da prova, poderá fazê-lo, desde que acompanhado de um Fiscal.
- 9. O candidato poderá entregar sua Folha de respostas e deixar definitivamente o local de realização da prova objetiva somente depois de decorridos, no mínimo, **60 (sessenta) minutos** do seu início, porém, não poderá levar consigo o Caderno de Questões.
- 10. Após o término da prova, entregue ao Fiscal a FOLHA DE RESPOSTAS e a VERSÃO DEFINITIVA DA PROVA DISCURSIVA devidamente preenchida e assinada.
- 11. Somente será permitido levar o CADERNO DE QUESTÕES se o candidato permanecer na sala, até os últimos 60 (sessenta) minutos que antecedem o encerramento da prova objetiva.
- 12. A liberação dos candidatos após o término da prova será autorizada pelo fiscal de sala, após a realização dos procedimentos administrativos necessários. O candidato que terminou sua prova deverá permanecer aguardando em sua carteira e somente poderá levantar-se para a entrega do material se solicitado pelo fiscal.
- 13. **SERÁ ELIMINADO** do Concurso Público o candidato que:
- a) Deixar o local de realização da prova objetiva sem a devida autorização.
- b) Faltar com o devido respeito para com qualquer membro da equipe de aplicação das provas, com as autoridades presentes ou com os demais candidatos.
- c) Proceder de forma a tumultuar a realização da prova objetiva.
- d) Estabelecer comunicação com outros candidatos ou com pessoas estranhas, por quaisquer meios, e usar de meios ilícitos para obter vantagens para si ou para outros.
- e) For surpreendido portando ou manuseando quaisquer dispositivos eletrônicos, tais como: máquinas calculadoras, wearable tech, agendas eletrônicas ou similares, telefones celulares, smartphones, tablets, iPods®, pen drives, mp3 player ou similar, gravadores, relógios, alarmes de qualquer espécie, chaves com dispositivo eletrônico, fones de ouvido ou qualquer transmissor, gravador ou receptor de dados, imagens, vídeos e mensagens, livros, anotações, réguas de cálculo, dicionários, códigos e/ou legislação, impressos que não estejam expressamente permitidos ou qualquer outro material de consulta, canetas de material não transparente, Carteira de bolso, lapiseira, corretivos, óculos escuros, artigos de chapelaria, tais como: boné, chapéu, viseira, gorro ou similares. Os itens descritos, que devem ser obrigatoriamente acondicionado em envelope porta-objeto fornecido pela instituição organizadora.
- f) Áusentar-se da sala, a qualquer tempo, portando a Folha de Respostas e a Versão Definitiva da Prova Discursiva.
- 14. Os 03 (três) últimos candidatos só poderão sair da sala juntos, após o fechamento e assinatura do envelope de retorno.
- 15. Está disponível abaixo um gabarito para ser preenchido e destacado. Este poderá ser levado pelo candidato.

DESTAQUE AQUI

#### **GABARITO**

Concurso Público do Instituto de Transportes e Trânsito de Foz do Iguaçu – Estado do Paraná http://www.fundacaounespar.org.br

Divisão da prova: Língua Portuguesa: 01 a 05; Conhecimentos de Informática: 06 a 10; Legislação Específica: 11 a 15; Estatuto do Servidor: 16 Conhecimentos Específicos: 17 a 50.

1.	2.	3.	4.	5.	6.	7.	8.	9.	10.
11.	12.	13.	14.	15.	16.	17.	18.	19.	20.
21.	22.	23.	24.	25.	26.	27.	28.	29.	30.
31.	32.	33.	34.	35.	36.	37.	38.	39.	40.
41.	42.	43.	44.	45.	46.	47.	48.	49.	50.

#### LÍNGUA PORTUGUESA

# TEXTO PARA AS QUESTÕES DE 01 A 05

Nepal propõe regras mais rígidas para decidir quem pode escalar o Everest

Agora, aventureiros devem comprovar experiência em alpinismo e pagar pelo menos 35 mil dólares para chegar ao topo do mundo.

O número de aventureiros no topo do mundo nunca foi tão alto. Em 2019, o Nepal quebrou um recorde: autorizou 381 alpinistas a escalarem a maior montanha do planeta. Dentre tantos corajosos, alguns não tinham experiência suficiente para encarar o desafio. E o resultado disso é que alguns deles, infelizmente, não puderam completar a missão – foram 11 mortes só este ano. Agora, o país asiático tenta encontrar um jeito de que esses números não aumentem mais.

O Ministro do Turismo do Nepal, Yogesh Bhattarai, revelou uma série de regras mais severas para quem quiser subir os 8.848 metros da montanha. Hoje, alpinistas precisam de um documento de permissão que custa 11 mil dólares, mas a lista de exigências ainda é permissiva.

Atualmente, só se exige documentos que provem que o escalador está em boas condições de saúde e que esteja acompanhado de um guia nepalês treinado. Não há necessidade de comprovar nenhuma experiência mínima em alpinismo.

O turista pode começar a escalada por dois países: Nepal ou China. Cada nação é responsável por estabelecer suas regras e conceder as autorizações. No lado chinês, as coisas são bem mais sérias: já se exige a comprovação de que o alpinista tenha escalado outras montanhas antes de encarar o maior pico do mundo.

O Nepal procura seguir o mesmo caminho. As novas regras exigem que o turista já tenha escalado uma montanha de pelo menos 6.500 metros. A inexperiência dos alpinistas que entraram pelo Nepal, até então, era visível: dos 11 mortos no Everest este ano, 9 estavam do lado nepalês.

Devido à flexibilidade nas regras do país, algumas companhias de baixa qualidade têm oferecido o serviço de assistência na escalada por um preço menor. Por isso, as novas regras também exigem que o turista tenha pago pelo menos 35 mil dólares pelo serviço. Além disso, a companhia precisa ter ao menos três anos de experiência em guiar expedições de grandes altitudes.

O preço pode parecer alto, mas ainda está abaixo da média cobrada pelas companhias nepalesas. Segundo a Outside, os turistas, no geral, costumam pagar pelo menos 40 mil dólares – valor que pode chegar até 130 mil.

As regras foram atualizadas por uma comissão de oficiais do governo, experts em escalada e agências que representam a comunidade de alpinistas. Todos fizeram recomendações para ajudar a regular melhor o processo.

O governo pretende colocar as regras em prática antes da temporada de escalada do ano que vem — e, possivelmente, evitar tragédias futuras.

Disponível em: <a href="https://super.abril.com.br/sociedade/nepal-propoe-regras-mais-rigidas-para-decidir-quem-pode-escalar-o-everest/">https://super.abril.com.br/sociedade/nepal-propoe-regras-mais-rigidas-para-decidir-quem-pode-escalar-o-everest/</a>>. Acesso em: 26 ago. 2019

# **QUESTÃO 01**

# De acordo com o texto, o Nepal:

- (A) Colocou novas regras em prática em 2019 para que turistas com pouca experiência possam escalar o Everest.
- (B) Tem regras menos exigentes que a China para conceder permissões de escaladas.
- (C) Exige que o turista tenha documento de permissão e pague ao menos 11 mil dólares a um guia nepalês para subir o monte Everest.
- (D) Facilità que pessoas sem treinamento subam a montanha do Everest desacompanhadas.
- (E) Autoriza, anualmente, cerca de 380 pessoas sem treinamento a escalarem o Everest.

# **QUESTÃO 02**

Considerando o contexto, analise as interpretações a seguir:

- As expressões "maior montanha do planeta" (1º parágrafo) e "maior pico do mundo" (4º parágrafo) se referem ao Everest.
- II. No 1º parágrafo, a expressão "país asiático" faz referência ao Nepal.
- III. O termo "Todos" foi usado para substituir os termos "oficiais", "escalada" e "comunidade".

# Está CORRETO o que se afirma em:

- (A) I e II, apenas.
- (B) I, apenas.
- (C) I, II e III.
- (D) II, apenas.
- (E) II e III, apenas.



"O Ministro do Turismo do Nepal, <u>Yogesh Bhattarai</u>, revelou uma série de regras mais severas para quem quiser subir os 8.848 metros da montanha."

Na frase acima, o trecho sublinhado tem função de:

- (A) Vocativo.
- (B) Adjunto adnominal.
- (C) Predicativo do sujeito.
- (D) Aposto.
- (E) Sujeito.

# **QUESTÃO 04**

No contexto do 2º parágrafo, marque a alternativa que apresenta uma oposição de sentido à palavra permissiva:

- (A) Condescendente.
- (B) Austera.
- (C) Transigente.
- (D) Complacente.
- (E) Tolerante.

#### **QUESTÃO 05**

Considere as possíveis substituições no texto:

- I. desafio por jornada (1º parágrafo).
- II. maior pico por maior montanha (4º parágrafo).
- III. <u>turista</u> por <u>alpinista</u> (5º parágrafo).
- IV. serviço por atividade (início do 6º parágrafo).

Quantas dessas mudanças ensejariam condições para o uso do sinal indicativo de crase?

- (A) Nenhuma.
- (B) Apenas uma.
- (C) Apenas duas.
- (D) Apenas três.
- (E) Todas.

# **CONHECIMENTOS DE INFORMÁTICA**

# **QUESTÃO 06**

Um processo de desenvolvimento de software pode ser considerado um conjunto sequencial e peculiar de ações que objetivam atingir uma meta. É usado para criar, projetar, produzir, controlar, manter e usar produtos e sistemas. Atualmente, existem vários tipos de modelos de processos para desenvolvimento de software, cada um com suas particularidades, atividades e artefatos. Das alternativas abaixo, qual apresenta apenas tipos de modelos processos para desenvolvimento de produto de software? Assinale a alternativa CORRETA:

- (A) Cascata; Espiral; Interativo.
- (B) Cascata; Operativo; RUP.
- (C) Cascata; Espiral; Operativo.
- (D) Espiral; Incremental; RUP.
- (E) Espiral; Operativo; RUP.

# **QUESTÃO 07**

O código abaixo (figura 1) foi escrito na linguagem de programação *Pascal* e trata sobre o laço de repetição "while". Após o compilador executar o código, qual será o resultado? Assinale a alternativa CORRETA:

#### Figura 1:

```
program Introducao;
var
  x : integer;
begin
  x := 1;
  while x <= 2 do
    begin
      writeln(x);
      x := x + 1;
  end;
end.</pre>
```



- (A) 1 1
- (B) 2 1
- (C) 1 2
- (D) 2 2
- (E) O compilador irá apresentar erros ao executar o código.

O \_\_\_\_\_\_\_ é formado por um conjunto de rotinas que oferece serviços aos usuários e às aplicações, tendo como objetivo funcionar como uma interface entre o usuário e o computador, tornando sua utilização mais simples, rápida e segura. Assinale a alternativa que preencha CORRETAMENTE a lacuna:

- (A) Sistema de Arquivo.
- (B) Sistema de Informação.
- (C) Sistema Empresarial.
- (D) Sistema de Interface.
- (E) Sistema Operacional.

# **QUESTÃO 09**

A planilha abaixo (figura 1) foi criada no Microsoft Office Excel com idioma (PT-BR), e tem o objetivo de realizar testes de duas fór<u>mulas Excel. Imag</u>ine que na célula <u>B1</u> seja aplicado a fórmula = NÚM.CARACT(A1) e na célula <u>B2</u> seja aplicada a

fórmula =DIREITA(A1;9)

Quais serão os resultados apresentados nas células B1 e B2?

Figura 1:

	3	
	Α	В
1	Devagar se vai longe	
2		

# Assinale a alternativa CORRETA:

(A) A B

1 Devagar se vai longe 17
2 evailonge

(B) A B

1 Devagar se vai longe 20
2 vai longe

(C) A B

1 Devagar se vai longe 20
2 evailonge

(D) A B

1 Devagar se vai longe 17
2 vai longe

 A
 B

 1
 Devagar se vai longe
 20

 2
 Devagar s

Em relação ao hardware de um sistema computacional, analise as assertivas abaixo e marque (V) para verdadeiro e (F) para falso:

- ( ) Os componentes de sistemas computacionais são agrupados em três subsistemas básicos (processadores, memórias e dispositivos de entradas de saída) nos quais são caracterizados por unidades funcionais.
- O processador de um computador digital é composto por unidade de controle (UC), unidade lógica e aritmética ( ) (ULA) e registradores.
- Os registradores são memórias de alta capacidade de processamento e grande capacidade de armazenamento de dados.
- ( ) Enquanto a memória primaria precisa estar sempre energizada para manter suas informações, a memória secundária não precisa de alimentação.
- ( ) Os dispositivos de entrada e saída (E/S) são utilizados para permitir a comunicação entre o sistema computacional e o mundo externo, e podem ser subdivididos em duas categorias: os que são utilizados como memória secundária e os que servem para interface usuário-máquina.

#### Assinale a alternativa CORRETA:

- V V F V V. (A)
- V V V F V. (B)
- (C) V - F - V - F - V.
- (D) V - V - V - V - V.
- F-F-F-V-V. (E)

# LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

# **QUESTÃO 11**

# Sobre a Lei Orçamentária Anual, é CORRETO afirmar que:

- É facultado a lei orçamentária anual ser elaborada de forma compatível com o plano plurilateral, sendo vinculada apenas à lei das diretrizes orçamentárias.
- (B) As despesas relativas à dívida pública, mobiliária ou contratual, e as receitas que as atenderão, constarão da lei orçamentária anual de forma exemplificativa.
- (C) A lei orçamentária consignará dotação para investimento com duração superior a um exercício financeiro que não esteja previsto no plano plurianual ou em lei que autorize a sua inclusão.
- (D) Conterá reserva de contingência, cuja forma de utilização e montante serão estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.
- (E) É possível consignar na lei orçamentária crédito com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada.

## **QUESTÃO 12**

Sobre as vedações dispostas na Lei Complementar n.º 101/2000 - LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal), é CORRETO afirmar que:

- A proibição de operações de créditos entre instituições financeiras estatal e o ente da Federação que a controle, ficou (A) popularmente conhecida como "pedaladas", porém não possui previsão expressa na Lei de Responsabilidade Fiscal.
- As "pedaladas" ensejam um descumprimento de princípios basilares que regem a administração pública, como princípio (B) da transparência, princípio do equilíbrio das contas públicas e princípio da legalidade.
- (C) A utilização das "pedaladas" não reflete diretamente nas metas fiscais estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias. posto que as vedações estão dispostas exclusivamente na Lei de Responsabilidade Fiscal.
- (D) As vedações de operações de crédito entre a Federação, diretamente ou por intermédio de fundo, são exclusivas às autarquias, fundações ou empresa estatal.
- (E) Não se equipara a operação de crédito captação de recursos a título de antecipação de receita de tributos ou contribuição cujo o fato gerador ainda não tenha ocorrido.

# **QUESTÃO 13**

Sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias, é CORRETO afirmar que:







- (A) O exercício financeiro coincidirá com o calendário parlamentar.
- (B) Os créditos da Fazenda Pública de natureza tributária não serão escriturados como receita do exercício em que forem arrecadados.
- (C) Os créditos da Fazenda Pública, independente de sua natureza, serão escriturados como receita do exercício em que forem arrecadados, nas respectivas rubricas orçamentárias.
- (D) A dívida ativa da União será apurada e inscrita na Procuradoria da Fazenda Nacional.
- (E) Os tributos poderão ser exigidos ou aumentados sem que a lei o estabeleça diante da necessidade orçamentária.

Imediatamente após a promulgação da Lei de Orçamento e com base nos limites nela fixados, o Poder Executivo poderá executar o orçamento. Sobre a execução do orçamento, é CORRETO:

- (A) O exercício financeiro coincidirá com o calendário parlamentar.
- (B) A aquisição de material, o fornecimento e a adjudicação de obras e serviços serão regulados em atos administrativos, respeitado o princípio da concorrência e praticidade da administração pública.
- (C) É vedado aos Municípios assumir compromissos financeiros para execução depois do término do mandato do Prefeito.
- (D) É admitida a compensação da obrigação de recolher rendas ou receitas com direito creditório contra a Fazenda Pública.
- (E) A programação da despesa orçamentária não levará em conta os créditos adicionais.

# **QUESTÃO 15**

Considerando as atualizações da Resolução CFC 803/96 pela NBC PG 01 e o seu conhecimento sobre o Código de Ética Profissional do Contador, é CORRETO afirmar que:

- (A) O objetivo da Norma é fixar a conduta do contador e técnico da contabilidade, quando no exercício da sua atividade e nos assuntos relacionados à profissão, sempre respeitando os preceitos estabelecidos.
- (B) O contador não pode recusar sua indicação em trabalho, mesmo quando reconheça não se achar capacitado para a especialização requerida.
- (C) Não há obrigatoriedade de informar o número de registro em propostas comerciais, sendo necessário apenas em anúncio, placas e cartões comerciais.
- (D) É vedado ao contador transferir o contrato de serviços a seu cargo a outro profissional.
- (E) A publicidade dos serviços contábeis deve primar pela sua natureza técnica e científica, não sendo necessário ter caráter meramente informativo.

# **ESTATUTO DO SERVIDOR**

#### **QUESTÃO 16**

De acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Foz do Iguaçu (Lei Complementar n.º 17/1993), assinale a alternativa INCORRETA:

- (A) A nomeação é o ato de investidura do servidor em cargo público e far-se-á em caráter efetivo, quando decorrente da aprovação em concurso público; ou em comissão, para cargos de confiança, declarados em lei de livre nomeação e exoneração.
- (B) A nomeação para cargo de provimento efetivo depende de prévia habilitação em concurso público de provas, ou de provas e títulos, obedecidos a ordem de classificação e o prazo de sua validade.
- (C) Somente será nomeado o candidato que for julgado apto, física e mentalmente, por médico oficial, garantida rigorosamente a nomeação de deficiente, cuja incapacidade seja compatível e permita o exercício do cargo.
- (D) Os demais requisitos para o ingresso e desenvolvimento do servidor público na carreira, mediante progressão, promoção e ascensão funcional, serão definidos no Quadro Geral de Cargos e no Plano de Carreira dos Servidores.
- (E) O servidor ocupante de cargo de carreira não poderá ser investido em outro cargo efetivo em nenhuma hipótese.



# **CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

# **QUESTÃO 17**

Os princípios são orientadores de todo o processo orçamentário. Vale destacar que princípio, em qualquer contexto, representa um conjunto de normas orientadoras de todo um processo. Quanto ao orçamento público, esses princípios vão orientar o processo orçamentário, que vai desde a elaboração até o controle e avaliação. Neste contexto, assinale a opção que apresenta regra decorrente do princípio da unidade:

- (A) As receitas e as despesas constantes na LOA serão registradas pelo valor total bruto, vedadas quaisquer deduções.
- (B) Cada ente federado deve ter seu próprio orçamento, a fim de se evitarem múltiplos orçamentos paralelos dentro da mesma pessoa política.
- (C) A LOA de cada ente federado deve conter as receitas e as despesas dos respectivos poderes, órgãos, entidades, fundos e fundações instituídas e mantidas pelo poder público.
- (D) O período de tempo ao qual a previsão das receitas e a fixação das despesas registradas na LOA se refiram deve coincidir com o ano civil: de 1.º de janeiro a 31 de dezembro de cada ano.
- (E) A LOA será única e não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa.

# **QUESTÃO 18**

A Estrutura Conceitual Aplicável ao Setor Público (NBC TSP) segrega o escopo de aplicação das normas de Contabilidade Aplicada ao Setor Público em obrigatório e facultativo. Das entidades a seguir, as que se enquadram no escopo de aplicação facultativo são:

- (A) Autarquias.
- (B) Consórcios públicos.
- (C) Empresas estatais dependentes.
- (D) Fundações públicas.
- (E) Organizações da sociedade civil de interesse público.

# **QUESTÃO 19**

O objetivo da Contabilidade Pública é o de fornecer aos gestores informações para subsidiar as tomadas de decisões, aos órgãos de controle interno e externo para o cumprimento da legislação e às instituições governamentais e particulares informações estatísticas e outras de interesse dessas instituições. Neste contexto, o campo de aplicação da contabilidade pública abrangerá:

- (A) Todos os órgãos da administração pública.
- (B) Apenas os órgãos da administração indireta.
- (C) Somente as autarquias e fundações.
- (D) Todos os órgãos de administração direta.
- (E) Autarquias, fundações e todos os órgãos da administração indireta.

# **QUESTÃO 20**

Os princípios orçamentários são regras que cercam a instituição orçamentária, visando a dar-lhe consistência, principalmente no que se refere ao controle pelo Poder Legislativo. Em relação aos princípios orçamentários, assinale a opção CORRETA:

- (A) Pelo princípio da exclusividade, o orçamento deve ser uno, isto é, deve existir apenas um orçamento para o exercício financeiro, para cada ente da Federação.
- (B) Em observância ao princípio da unidade, as despesas devem ser classificadas de forma detalhada, o que facilita sua análise e compreensão.
- (C) O princípio da universalidade dispõe que o conteúdo orçamentário deve ser divulgado por meio dos veículos oficiais de comunicação, para conhecimento público e para a eficácia de sua validade.
- (D) Conforme estabelece o princípio da transparência, as previsões de receita e de despesa devem fazer referência, sempre, a um período limitado de tempo.
- (E) Segundo a Lei N.º 4.320/1964, a Lei de Orçamento conterá discriminação da receita e da despesa, atendidos os princípios de unidade, universalidade e anualidade.

# **QUESTÃO 21**

Receitas públicas são os recursos previstos em legislação e arrecadados pelo poder público com a finalidade de realizar gastos que atendam às demandas da sociedade. Ou seja, Receita Pública é todo e qualquer recurso obtido pelo Estado para atender os gastos públicos indispensáveis às necessidades da população. Assinale a opção que apresenta CORRETAMENTE a receita econômica cuja origem a classifica como receita de capital:



- (A) Juros.
- (B) Amortização de empréstimos.
- (C) Imposto de renda.
- (D) Royalties.
- (E) Dívida ativa.

No que se refere às receitas públicas, a Lei n.º 4.320/1964 estabelece que:

- (A) Receita fiscal e receita tributária são espécies de categorias econômicas.
- (B) Receitas tributárias e operações de crédito por antecipação da receita são espécies de receitas correntes.
- (C) O superávit do orçamento corrente resultante do balanceamento dos totais das receitas e despesas correntes não constitui item de receita orçamentária.
- (D) A receita proveniente de constituição de dívidas é classificada como receita corrente.
- (E) A receita advinda de tributo tem seu produto destinado a custear, exclusivamente, atividades gerais.

# **QUESTÃO 23**

As receitas públicas são disponibilidades de recursos financeiros que ingressam nos cofres públicos. Instrumento por meio do qual se viabiliza a execução das políticas públicas, sendo fonte de recursos utilizada pelo Estado em programas e ações, cuja finalidade principal é atender às necessidades públicas e demandadas da sociedade. Assinale a opção que indica a CORRETA contabilização das operações de crédito por antecipação da receita orçamentária:

- (A) Passivo n\u00e3o circulante.
- (B) Receitas Extra orçamentárias.
- (C) Ativo não circulante.
- (D) Patrimônio Líquido.
- (E) Receitas orçamentária.

# **QUESTÃO 24**

No âmbito público, a despesa pública é a aplicação do dinheiro arrecadado por meio de impostos ou outras fontes para custear os serviços públicos prestados à sociedade ou para a realização de investimentos. O estágio de liquidação da despesa pública consiste:

- (A) Na transferência dos valores arrecadados à conta específica do tesouro, responsável pela administração e pelo controle da arrecadação.
- (B) No ato emanado de autoridade competente que cria para o estado obrigação de pagamento pendente, ou não, de implemento de condição.
- (C) No procedimento administrativo realizado para verificar a ocorrência do fato gerador de determinado tributo e determinar a matéria tributável.
- (D) Na entrega de numerário ao credor por meio de cheque nominativo, ordens de pagamentos ou crédito em conta.
- (E) Na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.

#### **QUESTÃO 25**

A dotação do empenho é a fase em que a administração pública municipal se compromete a reservar o valor para cobrir despesas com a aquisição de bens e serviços contratados, constituindo-se em uma garantia para o credor de que há recurso orçamentário para pagar determinada despesa. Os empenhos aplicáveis às despesas relacionadas ao consumo de energia elétrica e os aplicáveis aos compromissos decorrentes de aluguéis classificam-se, respectivamente, em:

- (A) Estimativos e globais.
- (B) Estimativos e ordinários.
- (C) Globais e estimativos.
- (D) Ordinários e estimativos.
- (E) Ordinários e globais.

# **QUESTÃO 26**

Segundo a Lei N.º 4.320/64, caso uma entidade pública precise adquirir equipamentos novos necessários à execução de determinada obra, a despesa pública correspondente será classificada como:



- (A) Subvenção econômica.
- (B) Despesa corrente.
- (C) Inversão financeira.
- (D) Investimento.
- (E) Subvenção social.

A Lei do Orçamento conterá a discriminação da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômica financeira e o programa de trabalho do governo, obedecidos os princípios orçamentários. Neste contexto, a Lei 4.230/64 apresenta o rol de informações que integrarão a Lei do Orçamento. Assinale a alternativa que não integra a lei orçamentária:

- (A) Sumário geral da receita por fontes e da despesa por funções do Governo.
- (B) Quadro demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas.
- (C) Quadros demonstrativos da receita e planos de aplicação dos fundos especiais.
- (D) Quadro discriminativo da receita por fontes e respectiva legislação.
- (E) Quadro das dotações por órgãos do Governo e da Administração.

#### **QUESTÃO 28**

Orçamento público é o instrumento utilizado pelo Governo para planejar a utilização do dinheiro arrecadado com os tributos (impostos, taxas, contribuições de melhoria, entre outros). Esse planejamento é essencial para oferecer serviços públicos adequados, além de especificar gastos e investimentos que foram priorizados pelos poderes. Essa ferramenta estima tanto as receitas que o Governo espera arrecadar quanto fixa as despesas a serem efetuadas com o dinheiro. Assim, as receitas são estimadas porque os tributos arrecadados (e outras fontes) podem sofrer variações ano a ano, enquanto as despesas são fixadas para garantir que o governo não gaste mais do que arrecada. Neste contexto, segundo a CF/88, o Plano Plurianual – PPA é o instrumento de planejamento do governo que:

- (A) Compreenderá as metas e prioridades da administração pública, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.
- (B) Estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.
- (C) Evidenciará o orçamento fiscal referente aos poderes da união, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público.
- (D) Complementará o orçamento de investimento das empresas em que a união, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.
- (E) Será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

#### **QUESTÃO 29**

O Passivo Contingente é uma obrigação possível resultante de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos que não estão totalmente sob o controle da entidade. Assim, de acordo com o MCASP, os passivos contingentes são registrados em contas:

- (A) Financeiras.
- (B) Patrimoniais.
- (C) De resultado.
- (D) Orçamentárias.
- (E) De controle.

# **QUESTÃO 30**

Com o objetivo de uniformizar as práticas contábeis, a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), em conjunto com o Grupo Técnico de Procedimentos Contábeis (GTCON), elaborou o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), adequado aos dispositivos legais vigentes, às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC T SP), aos padrões internacionais de Contabilidade do Setor Público e às regras e procedimentos de Estatísticas de Finanças Públicas reconhecidas por organismos internacionais. Acerca do plano de contas aplicado ao setor público (PCASP), assinale a opção CORRETA:

- (A) A classe de contas 6 (controles da execução do planejamento e orçamento) compreende informações a respeito da execução do planejamento, do orçamento, dos restos a pagar e da dívida ativa.
- (B) A classe de contas 8 (controles credores) possui contas relativas ao planejamento dos atos potenciais, da administração financeira, dos riscos fiscais e dos consórcios públicos.
- (C) As classes de contas 1 (ativo), 2 (passivo), 3 (variação patrimonial diminutiva) e 4 (variação patrimonial aumentativa) são classes de contas com informações de natureza patrimonial.



- (D) A classe de contas 3 (variação patrimonial diminutiva) é de natureza credora, e a 4 (variação patrimonial aumentativa) é de natureza devedora.
- (E) A classe de contas 6 (variação patrimonial diminutiva) é de natureza credora, e a 4 (variação patrimonial aumentativa) é de natureza devedora.

As demonstrações contábeis são a representação estruturada da situação patrimonial, financeira e do desempenho da entidade pública. Neste contexto, a Lei N.º 4.320/64 esclarece que o Balanço Orçamentário evidenciará:

- (A) A receita e a despesa orçamentárias, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária.
- (B) Os restos a pagar do exercício, que serão computados na receita extraorçamentária.
- (C) As receitas e despesas previstas, apenas.
- (D) As despesas e receitas orçadas, com previsão para o próximo triênio.
- (E) As receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas.

# **QUESTÃO 32**

Conforme o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), a Inscrição de Restos a Pagar não Processados é demonstrada no Balanço Financeiro de um órgão público como:

- (A) Receita Orçamentária.
- (B) Despesa Orçamentária.
- (C) Transferências Financeiras Concedidas.
- (D) Pagamentos Extra orçamentários.
- (E) Recebimentos Extra orcamentários.

# **QUESTÃO 33**

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle). Em relação aos componentes dessa demonstração, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) O Ativo Financeiro compreende os créditos e valores realizáveis que dependem de autorização orçamentária e os valores numerários.
- (B) O Ativo Permanente compreende os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação depende de autorização legislativa.
- (C) O Passivo Financeiro compreende as dívidas fundadas e as flutuantes que dependem de autorização orçamentária.
- (D) O Passivo Permanente compreende as dívidas fundadas e as flutuantes que não dependem de autorização legislativa para amortização ou resgate.
- (E) As Contas de Compensação compreendem os bens e as obrigações que não afetam o patrimônio.

# **QUESTÃO 34**

De acordo com a Lei N.º 4.320/64, no Balanço Patrimonial, os créditos e valores realizáveis e as dívidas fundadas deverão ser contabilizados, respectivamente:

- (A) No Ativo Circulante e no Passivo Circulante.
- (B) No Ativo Realizável a Longo Prazo e no Passivo Exigível a Longo Prazo.
- (C) No Ativo Financeiro e no Passivo Financeiro.
- (D) No Ativo Circulante e nas Contas de Compensação.
- (E) No Ativo Permanente e no Passivo Permanente.

#### **QUESTÃO 35**

De acordo com a Lei N.º 4.320/64, o Balanço Patrimonial é formado por:

- (A) Ativo Circulante, Ativo não Circulante, Passivo Circulante, Passivo não Circulante e Contas de Compensação.
- (B) Ativo Financeiro, Ativo não Financeiro, Passivo Financeiro, Passivo não Financeiro, Saldo Patrimonial e Contas de Compensação.
- (C) Ativo Financeiro, Ativo Permanente, Passivo Financeiro, Passivo Permanente e Patrimônio Líquido.
- (D) Ativo Financeiro, Ativo Permanente, Passivo Financeiro, Passivo Permanente, Saldo Patrimonial e Contas de Compensação.
- (E) Ativo Circulante, Ativo Permanente, Passivo Circulante, Passivo Permanente e Saldo Patrimonial.



A Demonstração das Variações Patrimoniais evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício. Assinale a opção que apresenta um exemplo de evento contábil gerador de uma variação patrimonial quantitativa aumentativa que deve ser evidenciada na demonstração das variações patrimoniais das entidades do setor público:

- (A) Obtenção de empréstimo ou financiamento de longo prazo.
- (B) Obtenção de desconto em operação de natureza financeira.
- (C) Gasto com ação de assistência social voltada à redução dos níveis de pobreza.
- (D) Incorporação de imóvel adquirido de terceiros.
- (E) Transferência de recursos a instituições privadas sem fins lucrativos.

# **QUESTÃO 37**

A Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC é uma demonstração exigida para entidades do setor público e visa identificar os fluxos de entrada de caixa; consumo de caixa; e saldo de caixa ao final do exercício. Neste contexto, assinale a alternativa que corresponda, respectivamente, a uma operação de ingresso e de desembolso do Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais da DFC:

- (A) Alienação de bens; concessão de empréstimos e financiamentos.
- (B) Receitas derivadas e originárias; amortização/refinanciamento da dívida.
- (C) Transferências correntes recebidas; despesas correntes com pessoal e encargos sociais.
- (D) Operações de crédito; transferências financeiras concedidas.
- (E) Alienação de bens; amortização/refinanciamento da dívida.

# **QUESTÃO 38**

As Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) representam o conjunto consolidado e sintetizado das informações econômicas, orçamentárias, financeiras e patrimoniais da entidade pública, com objetivo de retratar a saúde financeira e patrimonial do ente público. Considerando a estrutura de demonstrações contábeis proposta no MCASP, a demonstração contábei que apresenta o detalhamento das receitas originárias e derivadas é o(a):

- (A) Balanço Orçamentário.
- (B) Balanço Financeiro.
- (C) Demonstração dos Fluxos de Caixa.
- (D) Demonstração das Variações Patrimoniais.
- (E) Balanço Patrimonial.

# **QUESTÃO 39**

A indústria Brasil S/A produz diversos tipos de produtos por encomenda, entre eles, o produto X. Ao realizarmos uma operação de venda deste produto, um item que será classificado como custo fixo no período é o valor:

- (A) Da aquisição de máquina com vida útil econômica estimada em 05 anos.
- (B) Do seguro mensal do prédio onde funciona a indústria.
- (C) Do lote de embalagens deteriorado em decorrência de uma enchente sofrida pela indústria.
- (D) Da matéria-prima consumida na produção do produto x.
- (E) Da comissão sobre vendas pagas ao vendedor.

# COM BASE NOS DADOS A SEGUIR, RESPONDA AS QUESTÕES DE NÚMEROS 40 A 42

A indústria Brasil S/A, para produzir 500 unidades de produto X, incorreu nos seguintes gastos durante o mês de junho de 2019:

Custo fixo	R\$ 20.000,00			
Custos variáveis				
- Matéria-prima	R\$ 12,00/unidade			
- Mão de obra direta	R\$ 6,00/unidade			
Despesas fixas	R\$ 6.000,00			
Frete sobre Vendas	R\$ 15,00/unidade			
Comissões de venda	10% do preço de venda bruto			
Preço de venda bruto	R\$ 250,00/unidade			
Quantidade vendida	400 unidades			
Descontos Condicionais Concedidos	R\$ 5.000,00			

Sabe-se que a indústria Brasil S/A utiliza o método de custeio por absorção para controle.



Com base nas informações, é CORRETO afirmar que o valor do custo unitário da produção do mês de junho de 2019 será, em reais:

- (A) 58,00.
- (B) 72,00.
- (C) 89,00.
- (D) 118,00.
- (E) 93,00.

# **QUESTÃO 41**

Com base nas informações da Brasil S/A, é CORRETO afirmar que o valor do Custo do Produto Vendido e do Lucro Bruto, totalizaram, no mês de junho de 2019, respectivamente, em reais:

- (A) 38.800,00 e 61.200,00.
- (B) 32.400,00 e 67.600,00.
- (C) 23.200,00 e 76.800,00.
- (D) 48.600,00 e 51.400,00.
- (E) 53.800,00 e 46.200,00.

#### **QUESTÃO 42**

Com base nas informações acima, é CORRETO afirmar que o Lucro Líquido apurado no mês de junho de 2019 foi, em reais:

- (A) 44.800,00.
- (B) 57.500,00.
- (C) 35.400,00.
- (D) 49.800,00.
- (E) 53.200,00.

# **QUESTÃO 43**

O auditor, quando, não consegue obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para suportar sua opinião, concluindo que os possíveis efeitos de distorções não detectadas, se houver, sobre as demonstrações contábeis poderiam ser relevantes e generalizadas, deverá expressar sua opinião por meio de:

- (A) Relatório com abstenção de opinião.
- (B) Relatório com ressalva.
- (C) Relatório adverso.
- (D) Relatório com parágrafo de ênfase.
- (E) Relatório com parágrafo de outros assuntos.

#### **QUESTÃO 44**

O auditor independente que, ao realizar trabalho de asseguração em determinada entidade, verificar que os efeitos ou possíveis efeitos de distorções são relevantes, mas não generalizados, deverá emitir:

- (A) Relatório com abstenção de opinião.
- (B) Relatório com ressalva.
- (C) Relatório adverso.
- (D) Relatório com parágrafo de ênfase.
- (E) Relatório com parágrafo de outros assuntos.

# **QUESTÃO 45**

As demonstrações financeiras da empresa Brasil S/A, referentes ao exercício de 2018, apresentaram distorções relevantes, e o auditor não detectando emitiu um relatório contendo uma opinião inadequada. Esta situação, de acordo com as normas de auditoria, caracteriza:

- (A) Inadequação dos procedimentos de auditoria.
- (B) Risco de auditoria.
- (C) Inexperiência do auditor.
- (D) Falha na obtenção de evidências.
- (E) Inadequação na elaboração dos papéis de trabalho.

# **QUESTÃO 46**

De acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 00 - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, assinale a CORRETA definição de passivo:



- (A) Uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos passados, cujo controle se espera que resulte na entrada de recursos da entidade capazes de gerar benefícios financeiros-econômicos.
- (B) Uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos passados, cuja liquidação se espera que resulte na entrada de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos.
- (C) Interesse residual dos ativos após deduzidos todo o patrimônio líquido.
- (D) Uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos futuros, cuja liquidação se espera que resulte na saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos.
- (E) Uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos passados, cuja liquidação se espera que resulte na saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos.

De acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 00 - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, as despesas devem ser reconhecidas na demonstração do resultado quando:

- (A) Resultarem em aumento nos benefícios econômicos futuros, relacionado com o decréscimo de um ativo ou o aumento de um passivo, e puder ser mensurado com confiabilidade.
- (B) Resultarem em decréscimo nos benefícios econômicos presentes, relacionado com o acréscimo de um ativo ou o aumento de um passivo, e puder ser mensurado com confiabilidade.
- (C) Resultarem em decréscimo nos benefícios econômicos futuros, relacionado com o decréscimo de um ativo ou o aumento de um passivo, e puder ser mensurado com confiabilidade.
- (D) Resultarem em decréscimo nos benefícios econômicos futuros, relacionado com o acréscimo de um ativo ou o aumento de um passivo, independente da forma de mensuração.
- (E) Resultarem em decréscimo nos benefícios econômicos futuros, relacionado com o decréscimo de um passivo ou o aumento de um ativo, e puder ser mensurado com confiabilidade.

# **QUESTÃO 48**

A indústria HGM S/A apresentou os saldos a seguir, em 31.12.2018.

Vendas brutas	250.000
Abatimentos	15.000
Descontos Condicionais	10.000
Cancelamento de vendas	20.000
Devoluções de vendas	25.000
Comissão de vendas	8.000
ICMS sobre vendas	30.000
Receita com equivalência patrimonial	60.000
Custo da mercadoria vendida	55.000
Despesas administrativas	20.000
Receita financeira	12.000
Receita com a venda de ativo imobilizado	60.000
Custo do ativo imobilizado vendido	40.000

Com base nas informações acima, assinale a opção que indica o resultado bruto da indústria HGM S/A, em 31.12.2018:

- (A) R\$ 177.000,00.
- (B) R\$ 169.000,00.
- (C) R\$ 125.000,00.
- (D) R\$ 105.000,00.
- (E) R\$ 165.000,00.

# COM BASE NOS DADOS DA TABELA A SEGUIR, RESPONDA AS QUESTÕES DE NÚMEROS 49 E 50

ITEM	R\$
Disponibilidades	120.000
Aplicações financeiras de Curto Prazo	40.000
Veículos	130.000
Intangível	20.000



Empréstimos adquiridos de Longo Prazo	100.000
Fornecedores	100.000
Empréstimos de Curto Prazo (concedidos)	60.000
Clientes	90.000
Capital Social	250.000
Reserva de Lucros	80.000
Salários a Pagar	40.000
Dividendos a Pagar	30.000

		z Corrente	

- (A) 1,76.
- (B) 1,94.
- (C) 1,82.
- (D) 2,24.
- (E) 1,67.

# **QUESTÃO 50**

# O índice de Liquidez Geral é:

- (A) 0.75.
- (B) 1,15.
- (C) 1,50.
- (D) 1,37.
- (E) 1.23.

# A PROVA DISCURSIVA SERÁ AVALIADA COM BASE NOS CRITÉRIOS ESTABELECIDOS NO ITEM 12 – DA PROVA DISCURSIVA, DO EDITAL DE ABERTURA N.º 01.001/2019.

- 12.3 A prova discursiva aplicada aos cargos de **Contador Júnior** e **Engenheiro de Tráfego Júnior** será composta por **01** (uma) questão de estudo de caso que abordará os conhecimentos específicos dispostos no **Anexo II** deste edital.
- 12.5 O candidato disporá de, no mínimo, 15 (quinze) linhas e, no máximo, 30 (trinta) linhas para elaborar a resposta da prova discursiva (tanto para questão de análise de caso prático quanto para a redação). Será desconsiderado, para efeito de avaliação, qualquer fragmento de texto que for escrito fora do local apropriado ou que ultrapassar a extensão máxima permitida.
- 12.6 A prova discursiva deverá ser feita à mão pelo próprio candidato, em letra legível, com caneta esferográfica transparente de tinta **azul ou preta**, não sendo permitida a interferência e/ou a participação de outras pessoas, salvo em caso de candidato a quem tenha sido deferido atendimento especial para a realização das provas.

# PROVA DISCURSIVA

Ao longo do exercício financeiro, as receitas são arrecadadas concomitantemente à execução das despesas. A realização de receitas e despesas ocorre por meio dos denominados estágios da receita e da despesa pública. O estágio da receita orçamentária consiste em cada passo identificado no qual se evidencia o comportamento da receita, facilitandose o conhecimento e a gestão dos ingressos de recursos. O comportamento dos estágios da receita orçamentária depende da ordem de ocorrência dos fenômenos econômicos e obedece a determinada ordem, sendo os estágios estabelecidos com base em um modelo de orçamento existente no país e na tecnologia utilizada.

Fonte: Sérgio Mendes. Administração financeira e orçamentária. 2.ª ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2011.

Considerando o fragmento de texto acima, redija um texto dissertativo, de maneira fundamentada, que atenda, necessariamente, ao que se pede a seguir:

- Identifique e caracterize os estágios da receita pública;
- · Apresente um exemplo que inclua todos esses estágios.

1	
2	
3	
4	
5	



6	 	 	 	 	
7					
30					



